

União gasta mais 37,4% com salários

A Secretaria de Planejamento — Seplan — divulgou ontem a execução orçamentária de 1985, apresentando equilíbrio contábil entre despesa e receita, que atingiram cada Cr\$ 156,4 trilhões.

As despesas da administração direta — ministérios e autarquias — foram pressionadas sobretudo com pessoal. A folha de salários cresceu 37,4% acima da inflação, boa parte explicada pela reposição salarial e outra pela expansão de 10% no número de funcionários contratados entre o último trimestre de 1984 e o primeiro de 1985.

A principal fonte de receita, por outro lado, foi mais uma vez o imposto sobre a renda, que cresceu 31,9% acima da inflação. O imposto sobre produtos industrializados — IPI —, refletindo a retomada da atividade econômica interna, cresceu 50% em termos reais.

Equilíbrio

Embora pronta desde 29 de janeiro, somente ontem a execução orçamentária de 1985 foi divulgada pelo secretário-geral da Seplan, Andrea Calabi. Ele explicou que, por definição, o orçamento fiscal sempre apresenta equilíbrio. A partir deste ano, com a unificação dos orçamentos monetário e fiscal, o déficit fica explícito. Atualmente, o déficit orçamentário é de Cr\$ 17 trilhões, significando 0,5% do Produto Interno Bruto — PIB.

Em 1985, a Receita do Tesouro Nacional apresentou crescimento real de 15,7% refletindo, segundo a Seplan, principalmente a expansão da produção industrial, o aumento do nível de emprego, os ganhos com reposição salarial, além de alterações adotadas no campo tributário em meados do ano. O imposto sobre a renda, com uma participação de 43,8% na receita total da União, alcançou Cr\$ 58,7 trilhões. Houve sobretudo um significativo aumento no IR retido na fonte, por causa de mudanças tributárias, que anteciparam o recolhimento do tributo sobre o mercado aberto e nos juros da dívida pública.

A Seplan ressalta que a melhoria nos indicadores econômicos da produção nacional reflete-se na arrecadação do Finsocial, já que essa contribuição tem como base de cálculo o

faturamento das empresas. No ano passado, o Finsocial rendeu Cr\$ 8,1 trilhões, com crescimento real de 25% em relação ao montante arrecadado em 1984.

No lado das despesas, o maior peso foi com pessoal. Esse item, que representava 26,3% das despesas totais, pulou para 30,3% no ano passado. E que houve, de acordo com a Seplan, um "festival de contratações" no final do governo Figueiredo. Além disso, em 1985, já durante o governo de Sarney, houve uma reposição salarial.

Embora o número de funcionários contratados na administração direta tenha aumentado cerca de 10%, a Seplan não tem idéia do número total de empregados. Até 1983, de acordo com levantamentos recentes, o quadro de funcionários dos ministérios e autarquias alcançava 669.140. Nas estatais, os funcionários chegam a 1.400 mil.

O Poder Legislativo foi pródigo na contratação de funcionários em 1985. Só o Senado aumentou sua despesa com pessoal e encargos pessoal em 59,87%, em termos reais. No Poder Executivo, o Ministério da Justiça teve sua folha de salários aumentada em 127% acima da inflação. Houve, conforme a Seplan, uma das duas hipóteses: ou muita contratação ou aumento real elevado de salários. O Ministério do Trabalho aumentou suas despesas com pessoal em 103% acima da inflação. Fora gasto com pessoal, a administração direta teve várias outras despesas elevadas. Com o serviço da dívida (interna e externa), os gastos alcançaram Cr\$ 15,3 trilhões.

Gastos sociais

As despesas do governo na área social aumentaram 51,2% acima da inflação. Houve aumento de verbas em educação, saúde e Justiça, principalmente. Por outro lado, o Tesouro Nacional transferiu Cr\$ 2 trilhões para empresas estatais em 1985, conforme cifra já embutida no orçamento fiscal. Também utilizou-se de Cr\$ 337,6 bilhões do Finsocial para gastos na Cobal, por exemplo. Para este ano, o governo diz pretender fazer um acompanhamento rigoroso e austero dos gastos da administração direta.

Execução orçamentária 1984/1985
Recursos de todas as fontes
Quadro síntese

SOF/Seplan (em 29/01/86)

Fontes e usos

	1984 Lei+Créditos (A)	1985 Lei+Créditos (B)	Variação % (B/A)
I - Recursos do Tesouro			
1 - Receita	35.7	138.2	287
Correntes	34.4	134.1	290
Tributária	27.8	111.2	300
Contribuições	6.0	19.8	230
Outras	.6	3.1	417
Capital	1.3	4.1	215
Operações de crédito (internas e externas)	1.3	4.1	215
II - Despesa	35.7	138.2	287
Pessoal	9.4	41.9	346
Dívida	6.0	22.9	282
Encargos de Financiamento	4.0	15.3	283
Amortização	2.0	7.6	280
Participação da União no Capital	.6	2.0	233
Transf. a Estados, DF e Municípios (vinculados)	7.2	33.7	368
Vinculações Diversas (1)	2.9 (2)	9.6	231
Outros Custeios e Capital	9.6	28.1	193
Ordinários	6.5	18.2	180
Contrapartida de Empréstimos Externos	.5	1.6	220
Finsocial	2.0 (3)	6.8	240
PIN/Proterra	.6 (4)	1.5	150
III - Recursos próprios dos órgãos			
1 - Receita	5.1	18.2	257
2 - Despesa	5.1	18.2	257
III - Total (I + II)			
1 - Receita	40.8	156.4	283
2 - Despesa	40.8	156.4	283
3 - Diferença (1 - 2)			

SAE/D.O

Notas: (1) Considera Cr\$ 0,95 trilhão da cota de previdência (recursos ordinários em 1984);

(2) Exclui Cr\$ 1,2 trilhão, sendo Cr\$ 0,6 parcela da cota de previdência, Cr\$ 0,1 de recursos diretamente arrecadados contidos em pessoal e Cr\$ 0,5 do Fundo da Marinha Mercante contido em dívida;

(3) Exclui Cr\$ 1,2 trilhão contidos em pessoal;

(4) Exclui Cr\$ 1,5 trilhão, sendo: Cr\$ 0,5 de pessoal; Cr\$ 0,5 de contrapartida de empréstimos externos e Cr\$ 0,5 de dívida.